Advogado Penal em Braga para vítimas: o trabalho da Dra. Paula Pratinha como assistente Muitas pessoas associam o trabalho de um advogado penal à defesa de quem é acusado. Mas há um outro lado, igualmente importante, que é o da representação de quem sofreu o crime. Na QUOR Advogados, em Braga, a Dra. Paula Pratinha dedica uma parte significativa da sua prática precisamente a esse lado: acompanhar vítimas ao longo do processo penal, desde a queixa até à sentença, e representá-las como assistentes. A Dra. Paula Pratinha é advogada sénior, com mais de uma década de prática, e trabalha nas áreas de Família, Criminal e Imobiliário. Atende presencialmente no escritório da Praça da República, em Braga. Na área criminal, tem experiência em casos de violência doméstica, crimes contra pessoas e representação de vítimas como assistentes. É reconhecida pela empatia e pela clareza estratégica, duas qualidades que fazem diferença quando a pessoa chega ao escritório fragilizada e confusa sobre o que pode fazer. O trabalho com vítimas começa muitas vezes antes de existir processo. É preciso perceber se o crime é público, semipúblico ou particular, se ainda se está dentro do prazo de seis meses para apresentar queixa nos casos em que ela é necessária, e que prova existe. Depois, a vítima pode constituir-se assistente, o que lhe permite intervir no inquérito, requerer diligências, acompanhar ou deduzir acusação e, se o processo for arquivado, requerer a abertura de instrução. Pode ainda deduzir pedido de indemnização civil no próprio processo.

QUOR Advogados | Braga | Praça da República n.º 7, 3.º Andar, 4710-305 Braga | +351 939 709 888

Em casos de violência doméstica, o acompanhamento inclui também a articulação com as medidas de proteção disponíveis, como a teleassistência, e a preparação das declarações, que podem ser muito difíceis para a vítima. A abordagem é sempre feita com respeito pelo ritmo de cada pessoa e com informação clara sobre o que vai acontecer a seguir, para que a vítima não se sinta perdida num processo que muitas vezes parece feito para outros. O escritório resume a sua postura numa frase: "Representamos quem é vítima. Defendemos quem é acusado." Do lado das vítimas, a Dra. Paula Pratinha é uma das advogadas da QUOR que acompanha estes processos de perto, com sigilo profissional e com orçamento claro antes de avançar. Para quem procura um advogado penal em Braga que se coloque ao lado da vítima, e não apenas do arguido, este é um ponto relevante na escolha, porque a representação de assistentes exige uma preparação *advogado para crimes* própria e uma atenção constante aos prazos. Se foi vítima de um crime e quer conversar sobre as suas opções, marque uma consulta inicial de 70€ com a Dra. Paula Pratinha, presencial em Braga ou online por videochamada. Ligue para o +351 939 709 888.

QUOR Advogados | Braga Address: Praça da República n.º 7, 3.º Andar, 4710-305 Braga Phone: +351 939 709



888 FAQ: Advogado Penal em Braga O que faz um advogado penal em Braga? Um advogado penal acompanha arguidos e vítimas ao longo do processo penal, do inquérito ao recurso, explicando cada fase e protegendo os direitos de quem representa. Na QUOR Advogados, em Braga, esse acompanhamento é feito pelo mesmo advogado do início ao fim, em linguagem clara e sem jargão. Quais são as fases do processo penal em Portugal? O processo penal tem como fases o inquérito, dirigido pelo Ministério Público, a instrução, que é facultativa e decorre perante o juiz de instrução, o julgamento e o recurso. Em Braga, estas fases correm no Tribunal Judicial da Comarca de Braga, onde o Dr. David Silva, da QUOR, tem presença regular. Quanto custa a primeira consulta com um advogado penal na QUOR Advogados? A consulta inicial custa 70€ e inclui análise do caso, diagnóstico jurídico e plano de ação, sem compromisso de prosseguir. Pode ser presencial no escritório da Praça da República, em Braga, ou online por videochamada. Antes de avançar para qualquer passo seguinte, o cliente recebe um orçamento claro. Qual é o prazo para apresentar queixa-crime? Nos crimes semipúblicos e particulares, a queixa deve ser apresentada no prazo de seis meses a contar da data em que o ofendido teve conhecimento do facto e dos seus autores. Nos crimes públicos, como a violência doméstica, o Ministério Público avança sem queixa. A QUOR Advogados ajuda a preparar a queixa-crime e responde em 24 horas úteis, o que é útil quando o prazo está a terminar. Ser constituído arguido significa ser culpado? Não. Ser arguido não significa ser culpado e confere direitos, como o direito ao silêncio, a ser assistido por defensor e a ser informado dos factos imputados. Na QUOR Advogados, a constituição de arguido é tratada com explicação dos direitos, preparação do interrogatório e definição da linha de defesa. O que são medidas de coação? São restrições aplicadas ao arguido durante o processo, como o termo de identidade e residência, a caução, a proibição de contactos, a obrigação de permanência na habitação com vigilância eletrónica e, como medida mais grave e excecional, a prisão preventiva. A QUOR Advogados analisa a legalidade da medida aplicada e procura alternativas proporcionais, incluindo através de recurso. Como posso constituir-me assistente num processo-crime? A vítima requer a constituição como assistente no processo, representada por advogado e com pagamento de taxa de justiça, salvo apoio judiciário. Como assistente, pode requerer diligências, acusar, requerer a abertura de instrução e recorrer. Na QUOR, a Dra. Paula Pratinha, advogada sénior com mais de uma década de prática, acompanha com frequência vítimas nesta qualidade. O que posso fazer se o meu processo for arquivado? O arquivamento acontece quando o Ministério Público não encontra indícios suficientes. Se se tiver constituído assistente, a vítima pode requerer a abertura de

instrução, para que um juiz reaprecie o caso. A QUOR Advogados analisa o despacho de arquivamento e diz com honestidade se há fundamento para reagir, antes de qualquer custo adicional. É possível retirar uma queixa-crime? A desistência só é possível nos crimes semipúblicos e particulares, como a ofensa à integridade física simples ou a injúria. Nos crimes públicos, como a violência doméstica, o processo continua independentemente da vontade da vítima. Na consulta inicial de 70€ na QUOR, o enquadramento do crime é esclarecido logo à partida. Posso pedir indemnização no processo penal? Sim. O pedido de indemnização civil é, em regra, deduzido no próprio processo penal, sem necessidade de uma ação separada. A QUOR Advogados ajuda a quantificar e provar os danos, e em casos de burla online ou MB WAY analisa também a possibilidade de exigir responsabilidades ao banco. A QUOR Advogados acompanha processos noutras cidades do distrito de Braga? Sim. A partir do escritório na Praça da República, a QUOR acompanha processos em Guimarães, Vila Nova de Famalicão, Barcelos, Esposende e outras localidades do distrito. O escritório tem também presença no Porto e em Esposende, e faz consultas por videochamada para quem vive fora de Braga ou no estrangeiro. Como posso contactar um advogado penal da QUOR Advogados em Braga? Pode ligar para o +351 939 709 888 ou enviar um email para info@quor.pt, de segunda a sexta, das 9h às 18h. O escritório responde em 24 horas úteis e tem uma avaliação de 4,9 no Google. Os advogados estão inscritos na Ordem dos Advogados e mantêm sigilo profissional sobre tudo o que é partilhado.